**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ALLAN ARONI

O Ensino Superior como atividade empresarial e o cidadão mínimo no Brasil: o peso da mão liberal e a marca de uma aliança não visível.

Uma análise do Ensino Superior brasileiro a partir dos dilemas que envolvem as políticas públicas.

**São Paulo
2008.**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ALLAN ARONI

O Ensino Superior como atividade empresarial e o cidadão mínimo no Brasil: o peso da mão liberal e a marca de uma aliança não visível.

Uma análise do Ensino Superior brasileiro a partir dos dilemas que envolvem as políticas públicas.

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação da Faculdade
de Educação da Universidade de São Paulo.**

**Área de concentração: Estado, Sociedade e
Educação.**

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Minto

**São Paulo
2008**

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço de Biblioteca e Documentação da FEUSP

Allan Aroni

O Ensino Superior como atividade empresarial e o cidadão mínimo no Brasil: o peso da mão liberal e a marca de uma aliança não visível.

Uma análise do Ensino Superior brasileiro a partir dos dilemas que envolvem as políticas públicas.

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação da Faculdade
de Educação da Universidade de São Paulo.**

**Área de concentração: Estado, Sociedade e
Educação.**

Orientador: Prof. Dr.César Augusto Minto

BANCA EXAMINADORA

Dissertação defendida e aprovada em: __/__/__

DEDICATÓRIA

À César Augusto Minto,

Valoroso defensor da Escola Pública

AGRADECIMENTOS

À Rogério Bruno, Josoaldo Rego e Eni Tolle que além de terem me “hospedado” por mais de dois anos no CRUSP muito me ensinaram durante esse tempo de convivência.

À Jussara Abreu, Andréa Zichia, Liliane Garcez, Julia Pinheiro e Welington Cedro pelos estudos compartilhados e pelas trocas de informações nos corredores da Faculdade de Educação.

À Professora Núria Hanglei Cacete pela atenção e orientação durante as aulas e reuniões de estudo.

À Rodrigo Aroni pela impressão do trabalho final.

À Faculdade de Educação pela oportunidade de realização do curso de mestrado.

Ao Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq pela concessão da bolsa de mestrado.

Resumo

ARONI, Allan O Ensino Superior como atividade empresarial e o cidadão mínimo no Brasil: o peso da mão liberal e a marca de uma aliança não visível. Uma análise do Ensino Superior brasileiro a partir dos dilemas que envolvem as políticas públicas. 2008. 215 folhas. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2008.

Com a presente dissertação de mestrado, tivemos o objetivo de analisar o essencial das políticas destinadas ao Ensino Superior no Brasil, principalmente as implantadas no século XX e início do XXI, tendo em vista a persistência dos dilemas e desafios que permeiam os comportamentos e as ações sociais no país. Partimos da perspectiva de que o sistema de ensino enfrenta, de um modo geral, uma série de entraves institucionais, repercutindo na falta de qualidade da educação, na contenção e evasão dos estudantes, no baixo reconhecimento e remuneração dos profissionais da área, no oportunismo político que nada de positivo acrescenta ao país etc. Na metodologia, utilizamos pesquisas bibliográficas e documentais. Em termos bibliográficos, consideramos as áreas de contato entre a sociologia, a ciência política, a filosofia, a economia e a física; no que diz respeito às políticas públicas, a importância da sociedade civil organizada, o liberalismo, a ciência etc. No aspecto documental, por sua vez, utilizamos leis, decretos, relatos, enfim, registros que, quando observados conjuntamente, resultaram em evidências e hipóteses que se entrelaçam e que foram organizados em três momentos do trabalho. No primeiro, a consideração da "realidade" histórica, social, política e econômica em que as políticas para o Ensino Superior estão sendo implantadas, corroborando uma hierarquia social autoritária. No segundo, a necessidade de se conceituar as políticas públicas num contexto de relativo avanço democrático, revelando estratégias destinadas a limitar a participação social no que diz respeito à deliberação sobre a destinação dos fundos públicos. No terceiro momento, a análise do conjunto das políticas adotadas, tendendo a reafirmar uma sociedade excludente e desigual. Concluindo, o enfrentamento das questões prementes para o Ensino Superior a partir do conjunto das políticas, que poderiam ser pensadas com a perspectiva da sociedade na qual estão inseridas, indicou uma continuidade de princípios e diretrizes, de cunho liberal, a ser superada. Sem a perspectiva de uma ruptura política profunda, pode-se considerar que a atualização, em termos de políticas educacionais, tem sido totalmente contrária às demandas que pautam o país. Na ausência de uma transformação ampla desse quadro, a lógica que tem pautado as políticas no Brasil continuará respondendo a um projeto de país subordinado, contrário aos interesses da sociedade e, portanto, de nada adiantando tal ou qual política sem a consideração da "força das coisas" na sua totalidade e a sua aceitabilidade interna.

Palavras chave: Ensino Superior; Políticas Públicas; Direito à Educação; Liberalismo; Reforma Universitária e; Multiverso.

Abstract

With the present dissertation, we had the goal of analyze the essential of the policies addressed to higher education in the Brazil, mainly those implanted at XX and earlier XXI century, considering the persistence of dilemmas and challenges that permeate the human behavior and social actions in the country. We started from the perspective that, in a general way, the educational system faces a range of institutional bridles, rebounding on the lack of educational quality, on the students hold and school evasion, on the low recognition to and payment for the professionals of this area, on the political opportunism that nothing of positive adds to the country, and so on. At the methodology, we utilized bibliographic and documental researches. In terms of bibliography, the study considered contact areas between the sociology, the politic science, the philosophy, the economy, and the physics; what was concerned about public policy, the importance of organized civil society, the liberalism, the science and so on. At the documental aspect, for your turn, we utilized laws, decrees, accounts, in short, records that, when observed jointly, resulted in evidences and hypothesis that interlace themselves and that were organized in three moments of the work. At the first, the consideration of the historical, social, political and economical “reality” in what the policies for the higher education are been implanted, that corroborates an authoritarian social hierarchy. At the second, the necessity of making conception of the public policies in a context of relative democratic advance, revealing strategies destined for limiting the social participation concern decision about the destination of public founds. At the third moment, the analyses of the policies’ set adopted, tending to reaffirm an excluding and unequal society. Concluding, the confront of pressing questions to the higher education starting from the policies’ set, that could be thought with the perspective of society in whose they are insert, indicated a continuity of principles and guidelines, with liberal matrix, to be overcome. Without the perspective of a deep politic rupture, we can consider that the update, in terms of educational policies, has been totally contrary to the demands that rule the country. In the lack of a broad transformation of this frame, the logic that has ruled the policies at Brazil will keep responding to the subordinated country project, opposed to the society interests and, therefore, it’s not worth this or that policy without the consideration of the “things power” in it’s totality and it’s intern acceptability.

Key words: higher education, public policies, to have the right to education, liberalism, university reform and multiverse.

Lista de Quadros

Quadro 1.	Panorama geral da arena política brasileira. Da Colônia à República Velha	p. 41
Quadro 2.	Panorama geral da arena política brasileira. Da crise de 1929 à LDB de 1961	p. 110
Quadro 3	Panorama geral da arena política brasileira. Da LDB de 1961 à RU de 1968.	p. 128
Quadro 4.	Panorama geral da arena política brasileira. Da RU de 1968 à CF/1988	p. 139
Quadro 5.	Panorama geral da arena política brasileira. Da CF/1988 à discussão do PNE/2001	p. 163
Quadro 6.	Panorama geral da arena política brasileira. Do PNE/2001 à RU de 2008	p. 184

Lista de abreviaturas e siglas

ABE – Associação Brasileira de Educação
Abong – Associação Brasileira de Organizações não-Governamentais
ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADUCB – Associação Docente da Universidade Católica de Brasília
ADUSP – Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo
AGCS – Acordo Geral do Comércio e Serviços
AID – Associação Internacional de Desenvolvimento
AMGI – Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANL – Aliança Nacional Libertadora
AP – Ação Popular
APML – Ação Popular Marxista-Leninista
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES – Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
CFE – Conselho Federal de Educação
CF/1934 – Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934
CF/1937 – Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937
CF/1946 – Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946
CF/1967 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1967
CF/1988 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CIADI – Centro Internacional para Acerto de Disputa de Investimentos
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa
Coned – Congresso Nacional de Educação
Consed – Conselho Nacional de Secretários da Educação
Cosupi – Comissão Supervisora do Plano dos Institutos
CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CTA – Centro Técnico da Aeronáutica
DF – Distrito Federal
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
DRU – Desvinculação de Recursos da União
EAD – Educação à Distância
EC – Emenda Constitucional
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EE – Educação Especial
EF – Ensino Fundamental
EI – Educação Infantil
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EM – Ensino Médio
Emfa – Estado Maior das Forças Armadas
Enade – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
EUA – Estados Unidos da América

ES – Educação Superior
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FAVIP – Faculdade do Vale do Ipojuca
FEUSP – Faculdade de Educação da USP
FMI – Fundo Monetário Internacional
Funtec – Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico
GED – Gratificação de Estímulo à Docência
GO – Goiás
HC – Hospital das Clínicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICT – Instituição Científica e Tecnológica
IES – Instituição de Ensino Superior
IFC – Corpo Financeiro Internacional
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IFET – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
InCor – Instituto do Coração
INDEP – Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Anísio Teixeira
ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica
LDB/1961 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961
LDB/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996
LRF – Lei de Responsabilidade Social
MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MBA – Máster Business Administration
MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC – Ministério da Educação
MG – Minas Gerais
MP – Medida Provisória
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
NUPE – Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da USP
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG – Organização Não Governamental
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OS – Organizações Sociais
PCB – Partido Comunista do Brasil (1935)
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PED – Plano Estratégico de Desenvolvimento
PIB – Produto Interno Bruto
PICDT – Programa de Incentivo e Capacitação Docente e Técnica
PL – Projeto de Lei
PNE – Plano Nacional de Educação
PPA – Plano Plurianual

PRM – Partido Republicano Mineiro
ProUni – Programa Universidade para Todos
PRR – Partido Republicano Riograndense
PT – Partido dos Trabalhadores
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RJ – Rio de Janeiro
RU/1968 – Reforma Universitária de 1968
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SENAC – Serviço Nacional do Comércio
SENAI – Serviço Nacional da Indústria
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
SINPRO-SP – Sindicato dos Professores de São Paulo
SP – São Paulo
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UnB – Universidade de Brasília
Undime – a União dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
Unesp – Universidade Estadual Paulista
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
Unifesp – Universidade Federal de São Paulo
UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba
UniRadial – Centro Universitário Radial
Usaid – United States Agency for International Development
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução	
I – Objeto	15
II – Hipóteses e Objetivos	16
III – Metodologia	21

PARTE I

1 Capítulo I	
1.1. Da exclusão escolar brasileira	24
1.2. A exclusão social como limite para a Democracia	27
1.3. A democracia apenas como perspectiva	35
1.4 Uma segregação reforçada pelo Estado	37
Quadro 1	41
2 Capítulo II	
2.1. Por um outro “modelo” de interpretação possível	43
3 Capítulo III	
3.1. Os limites da Ciência	45
3.2. A manutenção dos limites da ciência	46
4 Capítulo IV	
4.1. Políticas Públicas e Políticas	52
4.2. O Estado como uma relação contraditória	55
5 Capítulo V	
5.1. A sociedade civil além dos limites do Estado	61
6 Capítulo VI	
6.1. O liberalismo e o apelo a Razão	69
6.2. O Liberalismo de Adam Smith	74
6.3. O medo liberal da democracia em Hayek	78
6.4. Milton Friedman: uma luva para a mão invisível	82
6.5. Vão-se os anéis, mas ficam os dedos	86

PARTE II

7 Capítulo VII	
7.1. Sistematização do essencial das Políticas destinadas ao Ensino Superior	91
8. Capítulo VIII	
8.1. A persistência do liberalismo e as suas conseqüências	97
8.2. Persistência do mínimo educacional	101
8.2.1. A articulação da esquerda e a reação de Vargas	104
8.3. Medidas liberais, marginalização e exclusão social no Brasil	106
8.4. Limites da participação no populismo	108

Quadro 2.	110
9 Capítulo IX	
9.1. A LDB/1961 e a liberalização do Ensino Superior	113
9.1.1. Ampliação das vagas do ES sem ameaça ao <i>status quo</i>	117
9.2. A expansão do setor privado	119
9.3. Legalizando as “atividades empresariais”	125
Quadro 3.	128
10 Capítulo X	
10.1. A Reforma Universitária de 1968	130
11 Capítulo XI	
11.1. Os braços articulados no processo de espoliação nacional	136
Quadro 4.	139
12 Capítulo XII	
12.1. A Constituição de 1988	141
12.2. O abandono do país e a possibilidade de desindustrialização	147
13 Capítulo XIII	
13.1. As diretrizes "sem fronteiras"	151
14 Capítulo XIV	
14.1. Educação mínima, Estado mínimo, cidadão mínimo e ciência mínima	156
15 Capítulo XV	
15.1. A LDB de 1996 e a falta de criatividade (neo)liberal	160
Quadro 5.	163
16 Capítulo XVI	
16.1. O PNE de 2001 e os vetos da razão contábil	165
16.2. Destinação dos fundos públicos	169
17 Capítulo XVII	
17.1. Preparando terreno para a Reforma Universitária do governo Lula	173
17.2. A Lei da “(re)inovação” tecnológica	173
17.3. O ProUni na lógica	174
17.4. O REUNI e a desunião	178
17.4.1 Os IFETs e o comprometimento até mesmo do ensino	179
17.5. Reforma Universitária 40 anos depois e o mesmo de sempre	180
17.6 Consequências: O vale tudo privado	182
quadro 6.	184
PARTE III	
Considerações Finais	187
Referências	192
Anexos	209